



FOLHA INFORMATIVA Nº 35-2010

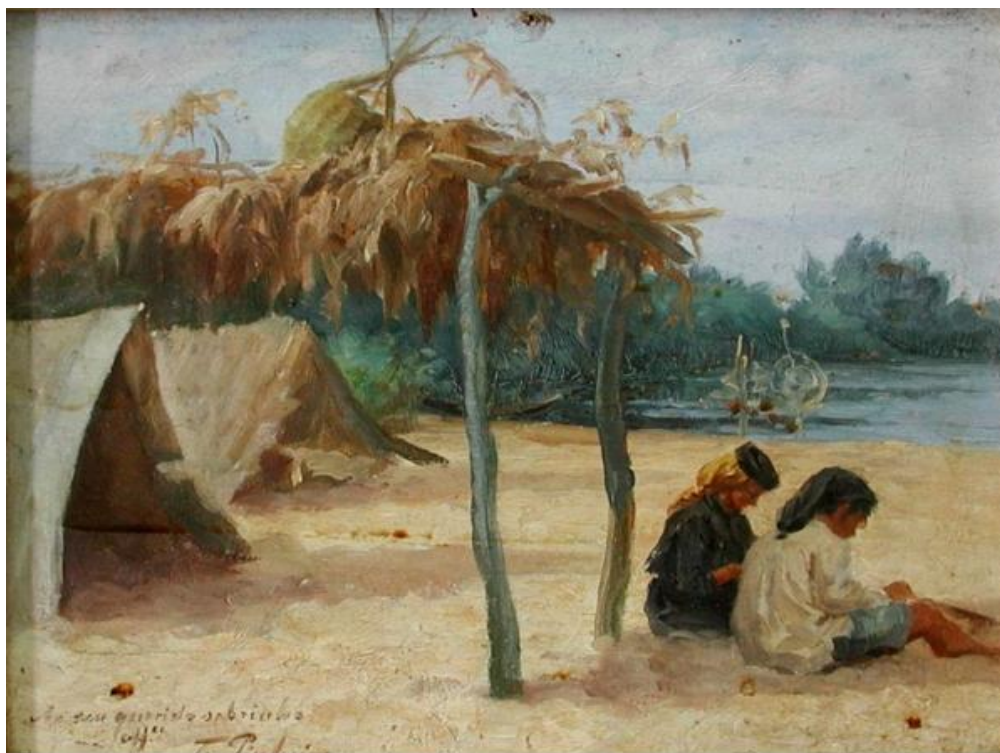
OS PALHEIROS DA COSTA, ENQUANTO EVIDÊNCIA DA CULTURA DOS PESCADORES DA COSTA OCIDENTAL

A presente comunicação foi apresentada no Fórum por uma instituição (a AIDIA) que é membro da Direcção Executiva do projecto dos Avieiros, liderado pelo Instituto Politécnico de Santarém.



Esta instituição foi autora da ideia inicial para o arranque do projecto em 2006. A imagem abaixo apresentada é a de um quadro a óleo da autoria do pintor Torcato Pinheiro, foi pintada nos finais do século XIX na aldeia Avieira das Caneiras, em Santarém, de onde o autor era natural, retrata um casal de pescadores Avieiros – numa praia das

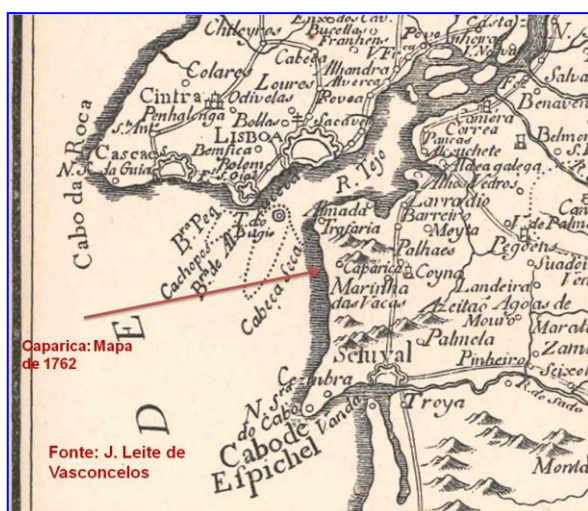
Caneiras - e é o **símbolo do II Congresso Nacional da cultura Avieira, a realizar em Santarém no mês de Maio de 2011**, para o qual estão desde já convidados, com toda a honra.



Os nossos objectivos principais são o de dar o nosso contributo para candidatar a cultura dos pescadores Avieiros a património nacional e o de construir um novo destino turístico em Portugal com base nesta cultura e na riqueza natural do rio Tejo, tal como as imagens em Anexo sucintamente retratam. O projecto organizou um consórcio legal de 39 instituições públicas e privadas, prevê investir 30 milhões de euros até 2013 e criar 140 postos de trabalho directos e 260 indirectos, num total de 400 postos de trabalho.

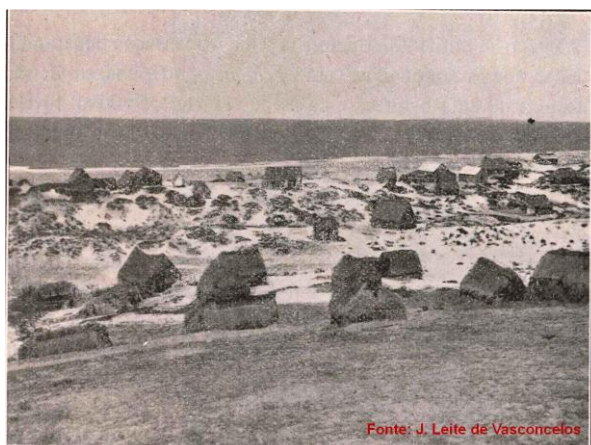


Somos membros da Comissão Organizadora deste Fórum e desejamos transmitir-vos as nossas posições em relação à defesa do nosso património e da nossa identidade cultural.



A Costa da Caparica é uma terra de pescadores. É significativo que tenham sido pescadores a aqui se fixarem em permanência, desde 1770, com as suas companhas, e que tenham trazido progressivamente as suas famílias até se fixarem definitivamente e constituírem uma comunidade, a primeira de todas a fixar-se

aqui, de acordo com as investigações que têm sido produzidas e que o mapa da gravura traduz,



datado de 1762. Na verdade, a planície das terras da Costa, terá sido um dos últimos locais do nosso território a ser povoado em termos concelhios. Isso deveu-se às condições precárias de habitabilidade aqui existentes até ao século XVIII. A Costa da Caparica foi fundada por pescadores e a eles se deve a construção de todo o sítio onde estamos hoje a reunir e a trabalhar. A

trabalhar e a agir em cooperação para evitar que um dos seus legados, o da arquitectura das casas de madeira, seja destruído.

A Costa de Caparica tem uma matriz identitária indissociável da cultura dos pescadores. Afinal ainda hoje cá estão, como testemunham as belas imagens do fotógrafo Renato Monteiro apresentadas em Anexo. São imagens retiradas de um excelente álbum fotográfico deste autor, editado com o apoio da Câmara Municipal de Almada e da Junta de Freguesia da Costa de Caparica, tendo o seu lançamento sido efectuado no Convento dos Capuchos no ano de 2005, como na altura testemunhámos. São documentos que têm vida própria, e que corroboram o que Mário Silva Neves escreveu, no seu livro *Tu, Costa Minha: os pescadores* “(...) pioneiros ficaram associados à história, cultura, culto, tradição e uma série de costumes e hábitos, que ainda hoje perduram vivos na alma e coração dos seus descendentes” na Costa de Caparica.

As primeiras casas, dispersas ao longo do areal, como esta imagem retrata e os relatos existentes confirmam, constituíram o primeiro assentamento comunitário aqui existente. Quem aqui se instalou, para construir as suas casas de madeira, terá trazido as suas tradições e a sua experiência de construção dos locais de onde proveio. Ora, tais locais foram os da zona da Gândara, como Ílhavo. Sabemos com um elevado grau de certeza que essas construções tiveram uma forte influência da arquitectura dos Palheiros dos pescadores da Gândara. Como refere a Prof. Doutora Raquel Soeiro de Brito (**Palheiros de Mira**) a matriz original das construções dos pescadores da costa do centro-sul do nosso País, proveio dessa região. Escreve a propósito a investigadora, no ano de 1959, acerca das características dos Palheiros:

“As casas são (...) assentes em estacas, para que as areias (e até as águas nas marés vivas) circulem sob elas livremente; têm escadinha exterior de madeira, que dá geralmente para um patamar, onde se abre a porta. Em regra, as pranchas que as



formam são dispostas **horizontalmente**, sobrepondo-se uma às outras para melhor as protegerem do vento, das areias e da chuva (...) Todas as habitações são rectangulares, assentes em estacas baixas”... (BRITO, 2009, 27). Veja-se a este propósito o brasão de armas da vila de Tocha, onde consta um palheiro com estas características.

Ainda a propósito dos Palheiros estabelecidos em todo o litoral Português, também considera a Profª Raquel Soeiro de Brito que:

“Os aglomerados de Palheiros “formaram-se inicialmente com pescadores, entre os quais os Ílhavos parece terem desempenhado papel relevante; seguiu-se a atracção de gente das localidades interiores mais próximas, de onde provêm os respectivos nomes:

Praia da Vagueira, Palheiros de Mira, Palheiros da Tocha, Palheiros de Quiaos, Costa de Lavos, Praia de Vieira (de Leiria)”. (Idem, 2009, 21).

A investigadora concluiu ainda que:

“O material usado na cobertura era, geralmente, o estormo ou estorno, gramínea que se encontra em abundância nas areias do litoral. Em áreas desprovidas de agricultura não seria fácil obter o colmo dos cereais. Daqui o nome de palheiros”. (Idem, 2009, 21).

A propósito da colonização da costa pelos pescadores, a Prof.^a Raquel Soeiro de Brito observa a determinado trecho que:

Os Ílhavos “alimentaram a colonização dos areais não só nas imediatas proximidades da sua terra, mas ainda se atreveram bem para o sul, tendo chegado de barco à Caparica, no terceiro quartel do século XVIII, e mais tarde a Sesimbra”.

Não por acaso, quando vemos o aspecto exterior das casas de madeira da Praia da Saúde, a que chamamos Palheiros, por analogia, e quando nelas entramos, não deixamos de experimentar um frémito de emoção porque reconhecemos uma estrutura arquitectónica já vista noutros locais da nossa costa, assim como nas palhotas (ou “barracas”) dos pescadores Avieiros do Tejo. No Tejo, o termo *palhota*, com que se designa nalguns lugares as casas dos pescadores Avieiros, deriva do facto de as coberturas dos telhados terem sido feitas de palha, abundante nas terras agrícolas do Ribatejo. Consideramos que estas casas da Praia da Saúde são testemunhos directos e indirectos da vida dos *pescadores pioneiros*, tal como Mário Silva Neves os considera, fundadores da comunidade da Costa da Caparica. Como é possível não ter isso em conta? Destruir hoje as casas da Costa da Caparica é limpar a memória dos únicos responsáveis pela fundação desta maravilhosa terra: os pescadores, “os mais pobres dos pobres” no dizer de Raul Brandão, e para todos nós *os mais nobres dos nobres*, por terem sabido afirmar a sua cultura

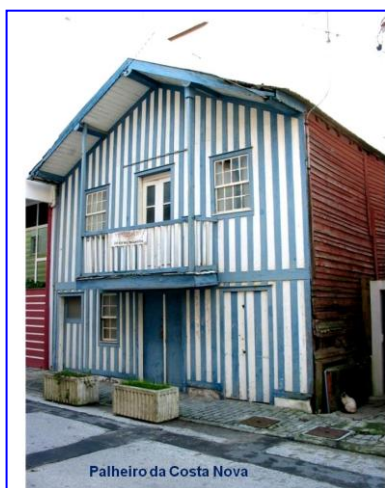
única e identitária.

Quando vemos algumas destas casas de madeira da Praia da Saúde, reconhecemos cores e padrões já vistos em lugares tão distantes e afinal tão próximos como as localidades costeiras da Costa Nova, Mira, Ílhavo e Tocha, por exemplo, assim como no Escaroupim - em Salvaterra de Magos,



Patação – em Alpiarça, Caneiras – em Santarém, ou Palhota – no Cartaxo, para citar alguns dos assentamentos Avieiros do Tejo. Foi aliás na barraca azul aqui apresentada que Alves Redol viveu e se inspirou para escrever um dos livros maiores da nossa literatura: *Avieiros*. Uma policromia tão variada e intensa captou a imaginação de pintores como Manuel Caeiro, de quem apresentamos em anexo a imagem de um dos seus quadros.

Dada esta evidente proximidade cultural, reconhece-se imediatamente estarmos em presença de um contínuo cultural relevante, materializado nas casas de madeira dos pescadores da costa ocidental, assim como no Tejo.



Sabemos por experiência amarga que os míticos Palheiros sucumbiram todos à voragem da urbanização e da especulação imobiliária. Só em Mira existiam em 1958 mais de trezentos palheiros, subsistindo hoje pouco mais de três, como ainda em Maio deste ano de 2010 foi testemunhado nas VIII Jornadas Culturais da Gândara, realizadas na Praia de Mira. A Prof. Doutora Raquel Soeiro de Brito, que com tanto prazer e privilégio apoia esta CAUSA, não se cansa de repetir em relação ao drama dos míticos Palheiros de Mira: diz a emérita investigadora que se tivesse havido contenção, bom

senso e sensibilidade cultural suficientes, ter-se-iam poupado os Palheiros à destruição e estaríamos hoje a falar de um património mundial da Unesco. Com este processo de destruição cega que não olhou a meios para atingir fins, perdeu o nosso País, perdemos todos nós infinitamente mais do que ganhámos. Mas perderam principalmente os pescadores e a sua cultura única e inimitável. O que fizeram e que foram obrigados a destruir é irrepetível e definitivo. A mágoa que tal provoca é indescritível, como comprovaram os testemunhos que tivemos a oportunidade de ouvir na Praia de Mira. Os testemunhos dos pescadores da Praia de Mira são idênticos, magoados e revoltados, semelhantes afinal aos dos da Praia de Vieira de Leiria, dentre os de outros povoados.

Por coincidência, em ambas as povoações de pescadores onde estivemos (Praias de Mira e de Vieira de Leiria), registámos testemunhos que revelam uma coincidência, isto é, em ambos os locais, **as autoridades concelhias chegaram a publicar editais que proibiam os pescadores que habitavam os palheiros de fazer obras de manutenção das suas casas**. Sabendo as autoridades, como sabiam, que as casas de madeira que não tivessem manutenção regular rapidamente se

degradariam, sistematicamente os pescadores foram forçados a abandonar e a deixar desaparecer um valioso património histórico.

Também por coincidência, com os proprietários das casas de Madeira da Praia da Saúde, aqui na Costa da Caparica, desde 1991 que as autoridades autárquicas se têm negado a autorizar a manutenção das casas, que consideramos um património histórico relevante. Não admira que algumas delas tenham o aspecto degradado com que hoje as vemos, porque o objectivo das autoridades parece ter sido idêntico aqui ao que foi em toda a costa ocidental, ou seja, forçar os proprietários a abandonar as suas casas de madeira para posteriormente as destruir, porque “representavam sinais de pobreza”.

Sintomaticamente, os relatos dos actuais proprietários dão-nos conta que quando queriam fazer



pelo menos uma pequena reparação, logo aparecia a autoridade local não só para os proibir, como para os coagir a não reparar as suas casas. Relatam também que, mesmo para afastar a areia das dunas que se vai naturalmente acumulando junto das casas, estão proibidos de usar maquinaria para aliviar o seu trabalho, tendo que remover a areia

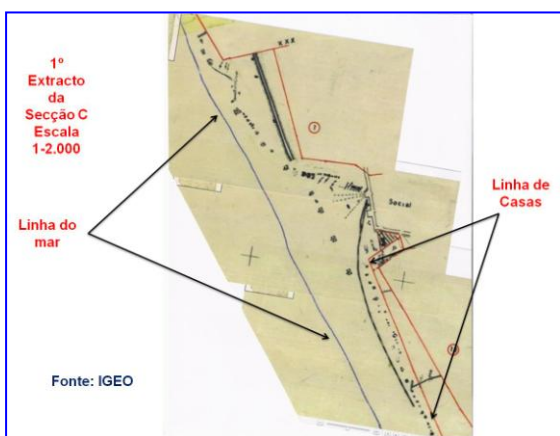
acumulada pelas suas próprias mãos usando meios artesanais. Mais testemunham que com a passagem do comboio é atirada areia para junto das casas, quase parecendo de propósito, aumentando a acumulação de areias e dificultando bastante a vida das pessoas. Os moradores têm muitas experiências desagradáveis, não as revelando com receio de represálias.

No entanto, este conjunto de factos e de argumentos devem ser tidos em conta quando se pretende agir em relação aos bens patrimoniais ainda existentes, que de alguma forma os relacionem com a cultura dos ancestrais que para aqui vieram e que aqui contribuíram para a construção da comunidade e da identidade caparicanas, enquanto terra de pescadores.

A memória colectiva da Caparica é um lento processo de construção, que bastante tem sido influenciado por essa forte comunidade de pescadores desta terra. O ADN comunitário tem essa marca indiscutível. Destruí-lo é privar a Costa da Caparica de um emblema fundamental para compreender a sua história e retirar aos pescadores Portugueses um dos últimos símbolos

arquitectónicos de que se podem legitimamente orgulhar. Não só eles, mas todos nós. Deixemos para os arquitectos, para os especialistas das ciências sociais e para a comunidade científica, a responsabilidade de determinar a evolução destas casas, dado ser evidente que elas conservam a marca original da arquitectura dos pescadores da costa ocidental.

Daí que uma intervenção em relação ao património edificado das casas de madeira deva ser primeiro pensada de uma forma cuidada. Recorremos a Ruy Blanes, quando considera que “no início do processo de desenvolvimento urbano da Costa da Caparica, (...) agricultores e pescadores alugavam durante o verão as suas próprias casas a determinadas famílias, chegando a dormir ao relento, debaixo dos barcos de pesca ou em quartos emprestados. Estes fenómenos permitiram a criação de laços duradouros entre habitantes locais e famílias lisboetas, sendo que ainda hoje se verificam esses fenómenos de vilegiatura ou aluguer sazonal de habitação, com “contratos” com décadas de antiguidade...” Este texto foi escrito em 2003, o que nos situa num horizonte temporal tão actual, e permite que as conclusões podem ser aceites como válidas para os dias de hoje, ou seja, podemos confirmar que os proprietários tanto podiam ser agricultores como pescadores, sendo as casas alugadas sazonalmente. Os contratos teriam, como terão, décadas de antiguidade. A relação jurídica de facto deve aqui ser tida em conta, dada a antiguidade comprovada. A relação patrimonial sugere que essas casas podem ter sido construídas por agricultores e pescadores, independentemente de algumas delas terem vindo da Cova do Vapor, ou de outro local, nas circunstâncias excepcionais em que vieram – o que reforça o seu valor patrimonial e histórico. Quantas casas foram para aqui trazidas? A quem pertenciam? Quem autorizou o seu transporte e fixação?



A este propósito consultámos os arquivos do Instituto Geográfico do Exército, em Lisboa, e trazemos-vos algumas imagens que testemunham uma parte do passado destas casas. Recebemos uma preciosa ajuda do nosso caro amigo Eng.º Luís Romão, a quem bastante agradecemos.

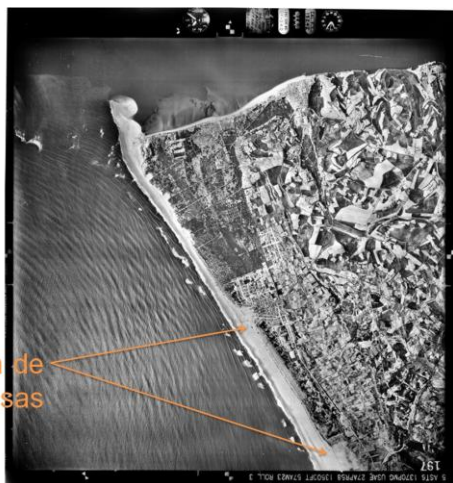
Reproduzimos um extracto da Secção Cadastral C, da Freguesia da Costa da Caparica à escala aproximada de 1/2.000. Imprimimos partes da carta do Instituto Geográfico em várias folhas A4 com partes de sobreposição e fizemos uma composição em três folhas A4, da zona dos palheiros, ao longo da praia, digitalizando-as para poder apresentar publicamente os resultados. Com isso foi possível efectuar a contagem

Foto aérea
da USAF

Ano: 1958

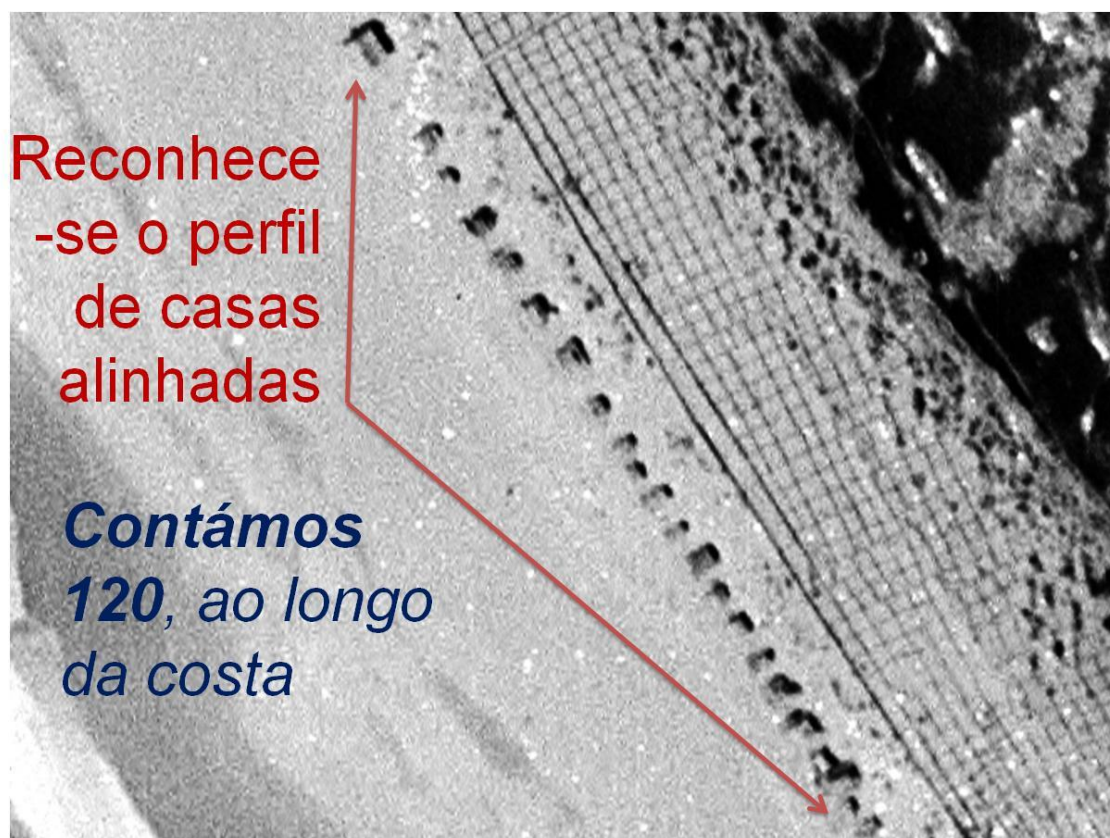
Fonte: IGEO

Linha de
casas



correcta do número de casas existentes à época, que comparámos com igual contagem efectuada nas fotos da USAF (United States Air Force – Força Aérea dos Estados Unidos) e que apresentamos também. A foto da USAF, datada de 1958 e aqui apresentada, foi recolhida na mesma fonte das cartas. Ampliámos sucessivamente a imagem para comprovar que se tratava, ou não, das casas de madeira – concluímos que

se tratava de facto dessas míticas casas. De seguida fizemos a contagem. Existiriam possivelmente 120 casas de madeira, em 1958, dispostas e alinhadas ao longo da linha de costa e suficientemente afastadas do mar, assinaladas na imagem no intervalo identificado pelas setas, quer na carta do Instituto Geográfico, quer na foto aérea tirada no ano de 1958 pela Força Aérea dos Estados Unidos.



São evidências irrefutáveis do extraordinário valor patrimonial, quer para a Costa de Caparica, quer para o Concelho de Almada, quer para a cultura do nosso país. Já não se trata por isso de decidir ou não a sua destruição, porque para nós isso está fora de questão. Trata-se sim de

investigar e construir a história da sua evolução, como atrás afirmámos. Cada casa tem uma história, e todas constituem um organismo, único no nosso País, carecendo por isso de uma atenção muito cuidada. Neste aspecto, o passo que daremos a seguir é consultar fotos aéreas da década de 40, tiradas no mesmo local pela Força Aérea Portuguesa, para estudar a evolução.

Da nossa parte, estamos a cumprir com um dever cívico e cultural. Neste aspecto, somos Ribatejanos, somos da Borda-d'água, mas também somos caparicanos e almadenses, porque todos temos afinal uma matriz cultural comum.

Este dado é afinal da maior importância, porque a nossa forma de trabalhar e olhar para a realidade prova ser ajustada, dado que a nossa Associação Para o Desenvolvimento trabalha de acordo com três princípios – o altruísmo, a filantropia e a cooperação.

Somos altruístas porque as nossas acções de desenvolvimento humano são concebidas e concretizadas sem que esperemos nada em troca.

Somos filantrópicos porque entendemo-nos como pessoas que agem para aumentar o bem-estar da comunidade. A filantropia não é para nós um negócio, como acontece por exemplo nos Estados Unidos – é pelo contrário um acto pelo qual nos revemos a proagir no interior de uma comunidade. Um bom exemplo de filantropia é a do Hotel que hoje nos acolheu. A cedência deste espaço tem custos para uma empresa que procura o lucro. No entanto, com este acto, provou-se que o lucro não pode nem deve ser o único objectivo para as empresas. Revela-se assim que neste Hotel se compreende, felizmente, o significado do que é ser filantrópico, abdicando do lucro que o aluguer deste espaço proporcionaria e cedendo-o para a realização deste Fórum.

Perceberam certamente os gestores do Hotel da Caparica - que nos cedeu as magníficas instalações - que a ausência de filantropia acaba por afastar as empresas da sua função social. Defendemos que as empresas não podem esquecer que emanam das comunidades em que estão inseridas. O esquecimento deste princípio fundamental acaba por degradar seriamente a sua relação com o meio social e ambiental que as rodeia. Em Portugal não se tem tido em conta que tal esquecimento produzirá um efeito contrário ao esperado, porque origina não só o empobrecimento generalizado, o desemprego e o enfraquecimento da classe média como, no médio e no longo prazo se voltará contra as empresas que não foram filantrópicas, que não tiveram capacidade para dar e para entender o sofrimento dos outros, dos quais afinal dependem.

Somos cooperadores, fortes adeptos da cooperatividade, porque entendemos que esta prática sistemática ajuda a potenciar os recursos escassos e a atingir os mesmos objectivos com menos meios. É uma prática que desperta nos outros a vontade para agir da mesma forma, quando percebem que não nos propomos agir para fins pessoais ou egoístas.

Estas práticas produzem resultados palpáveis para as comunidades. Em Portugal começa-se a dar os primeiros passos para o compreender. Não é certamente por acaso que a AIDIA até agora não recebeu quaisquer ajudas financeiras, de nenhuma instituição, apesar de verem que as nossas acções são essenciais. Culturalmente vivemos nos nossos pequenos mundos, por tradição e rotina. Actos como este, de defesa do património cultural dos pescadores e dos proprietários das casas de madeira - ou Palheiros, da Costa de Caparica -, proporcionam a toda a comunidade rever-se em práticas inerentes à condição humana e que produzem mais felicidade em todos. E afinal acabam por demonstrar que a defesa e reabilitação do nosso valioso património cultural atraem muitos turistas, possibilitando assim o desenvolvimento económico quer das empresas quer das comunidades.

Palheiros da Costa são para destruir

ANTÓNIO NEVES

PRES. JUNTA COSTA DA CAPARICA

O presidente da junta de freguesia da Costa da Caparica defendeu ontem que as casas de pescadores instaladas entre a praia da Saúde e a praia da Mata, que alguns académicos defendem ser “património histórico invulgar”, “são para destruir”, como planeia o programa Polis. António Neves disse à Lusa que “o que está a tentar-se salvaguardar são interesses pessoais, não é a história nem o património da Costa da Caparica”.

As nossas propostas estão definidas em relação a este valioso património e serão apresentadas quer ao Núcleo Organizador deste Fórum, quer às autoridades locais, quer às Associações de Pescadores, porque são estes que em primeiro lugar estarão interessados em defender um património que tem a sua raiz profundamente mergulhada nas suas tradições culturais. Não atacamos ninguém porque não é esse o nosso papel, mas estamos disponíveis para a defesa de um valioso património identitário. Sugerimos aos decisores autárquicos que ponderem a sua decisão e que, caso se prove a sua inconsistência, que voltem atrás sensatamente. Esse é também o papel do bom decisor.

Podem contar connosco, não enquanto académicos, que não o somos, mas como membros de uma alargada comunidade cívica, para criar e dar continuidade a projectos enriquecedores como este, que produzem obrigatoriamente o desenvolvimento humano. Nestas condições, em



que literalmente “pagamos para trabalhar”, é-nos interdito defender interesses pessoais. Não defendemos interesses individuais, mas locais, regionais e nacionais.

Para finalizar, permitam-nos que vos apresentemos imagens de palheiros (em Anexo) que definem a continuidade cultural dos palheiros, das palhotas, das barracas ou das casas dos pescadores, afinal quatro designações para o mesmo tipo de matriz arquitectónica única no nosso País, e um tesouro patrimonial que urge preservar e valorizar.

Apresentar-vos-emos (em anexo) imagens de barcos de pescadores da costa ocidental, incluindo os do Tejo, para que se possa vislumbrar o extraordinário legado cultural das comunidades piscatórias portuguesas e para que se lhe comece a prestar-lhes o tributo que estas merecem.

Como temos dito ao longo dos últimos Seminários e Fóruns,

Estas comunidades piscatórias (...) só se podem orgulhar do seu trajecto de vida e da sua épica. Souberam lutar pelo reconhecimento e hoje estão a ser reconhecidos. Souberam com perícia manejar os instrumentos que lhes possibilitaram construir os belos palheiros das dunas, as belíssimas casas palafíticas do Tejo (que tanto impressionaram os representantes do Ministério da Cultura) e construir os seus barcos de pesca, de que sobressai o mítico Meia-Lua, por muitos considerado como “o mais belo barco do mundo”. Com a luta pelo reconhecimento e com o manejo experimentado de tantos instrumentos só deles, criaram uma cultura própria que hoje começa finalmente a ser conhecida e devidamente valorizada.

O grande escritor Raul Brandão, que tanto admirou e escreveu sobre os pescadores da costa ocidental e especialmente os da Praia de Mira, onde viveu, designou-os como “os mais pobres dos pobres”, dando assim a verdadeira dimensão humana do grandioso e heróico trabalho dos que diariamente enfrentavam o mar.

À distância, e olhando com visão crítica e desapaixorada para a épica dos Avieiros e de todos os pescadores Portugueses, (...) podemos afinal perceber que estes pescadores são afinal “os mais nobres dos nobres”. A vida deles assim nos obriga a reconhecê-los, e os trabalhos que estamos a desenvolver assim encontram total fundamento.

Referências bibliográficas:

- BLANES, Ruy de Llera. (2003). "Caracterização Sócio-cultural dos Agricultores das Terras da Costa". *Relatório de Estágio*. Lisboa: Instituto de Conservação da Natureza.
- BRANDÃO, Raul. (1982). *Os Pescadores*. Lisboa: Paisagem Editora.
- BRITO, Raquel Soeiro de. (2009). [2ª edição]. *Os Palheiros de Mira*. Mira: Reedição fac-similada, CEMAR: Centro de Estudos do Mar.
- BRITO, Raquel Soeiro de. (2010). *Folha Informativa Nº 14-2010*. Santarém: Projecto da Cultura Avieira. VIII Jornadas Culturais da Gândara. [Intervenção da Profª Doutora Raquel Soeiro de Brito, sobre *Gestão e Ordenamento das Áreas Litorâneas*].
- CAEIRO, Manuel. (2005). *Casas da Caparica*. Porto: OPCA.
- CEREJO, José António. (2002). "Uma Relíquia Chamada Cova do Vapor". *Jornal PÚBLICO*. Lisboa, 28/04/2002.
- FERREIRA, Agro. (1930). *A Praia da Costa – Terra de Pescadores*. Lisboa: Edição não identificada.
- FERREIRA, Agro. (1936). *As Praias da Costa – indevidamente chamada – de Caparica*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia.
- GASPAR, Pedro; PALLA, João. (2009). "Construções palafíticas da bacia do Tejo: levantamento e diagnóstico do património construído da cultura avieira". Lisboa: *Artitextos* (8), 153-174.
- MARQUES, Alfredo Pinheiro. (2010). "Memória da Terra e do Mar. Os mais pobres dos pobres e o mais belo barco do mundo". *Jornal A Voz da Figueira*. Figueira da Foz.
- MARTINS, Salvador Félix. (2004). *Caparica de Outros Tempos*. Lisboa: Socingraf, Lda.
- MONTEIRO, Renato. (2005). *Artes do Mar. Da Costa da Caparica à Fonte da Telha*. Costa de Caparica: Junta de Freguesia da Costa de Caparica.
- NEVES, Mário Silva. (2002). *Tu, Costa Minha!... O Passado e o Presente*. Lisboa: Selenova, Artes Gráficas, Lda.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando. (1964). "Palheiros do Litoral Central Português". Lisboa: I.A.C. - Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.

- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim. (1994). *Construções Primitivas em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim. (1969). *Construções Primitivas em Portugal*. Lisboa: Centro de Estudos de Etnologia - Instituto de Alta Cultura.
- SARAMAGO, José. *Viagem a Portugal*. (1984). Lisboa: Editorial Caminho.
- SOUTO, Henrique (2003). “Comunidades de Pesca Artesanal em Portugal”. Comunicação apresentada à Academia de Marinha em 23 de Março de 2003. Lisboa: Academia de Marinha.
- SOUTO, Henrique (2007). *Comunidades de Pesca Artesanal na Costa Portuguesa na Última Década do Século XX*. Lisboa: Academia de Marinha.
- VASCONCELLOS, José Leite de. (1941). *Etnografia Portuguesa, Vol. III*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.

Referências fotográficas:

Arquivo Fotográfico de Lisboa

Associação Náutica da Marina do Parque das Nações

Associação Palhota Viva

CEMAR – Centro de Estudos do Mar

Dias dos Reis

Emílio B. & C.ª, Porto

Fernando Correia

João Franco Borgas

João Monteiro Serrano

José Leite de Vasconcellos

Junta de Freguesia de Vieira de Leiria

Manuel Caeiro

Maria João da Costa Lobo

Mário Silva Neves

Museu de Benavente

Museu Etnográfico da Praia de Mira

Museu de Vila Franca de Xira

OLLEM – Turismo Fluvial

Paulo Andrade

Paulo Barreiros

Renato Monteiro

Veiga de Oliveira et.al

www.mercadogalego.com

